



REVISTA BRASILEIRA DE FILOSOFIA E HISTÓRIA



A Revolução Praieira na Paraíba

João Paulo Ferreira Laurentino

Graduado em História pelas Faculdades Integradas de Patos (FIP)

Email: joao.pl2000@hotmail.com

Resumo: Embora tenha eclodido em novembro de 1848, a Revolução Praieira possui um quadro que começou a se descortinar no início da década de 1840, quando ocorreu uma dissidência do Partido Liberal, dando, assim, origem ao 'Partido Praieiro'. A referida revolta possuía uma estreita conexão com os grupos políticos envolvidos nos acontecimentos de 1817 e 1824. Mesmo sem comando unificado, suas bases eram os engenhos, com recrutamento de combatentes entre dependentes dos senhores. A princípio, a rebelião praieira não passava de conflitos isolados, sobretudo no interior, com ataques a vilas para intimidar os opositores ou então aos engenhos inimigos para recolher alimentos, munições e animais de carga. No entanto, em dezembro de 1848, a referida rebelião havia atingido dimensões suficientemente graves, exigindo uma intervenção por parte Estado imperial. Embora somente tenha chegado à Paraíba em 1849, a referida revolução teve início no ano anterior. No Recife, os combates se intensificaram em fevereiro de 1849, logo após a posse do novo presidente, em substituição ao liberal Chicharro da Gama. Vista, a princípio, como uma luta entre as oligarquias que dominavam a política pernambucana na primeira metade do século XIX, a Revolução Praieira também teve sua importância sociopolítica. Ela mostrou os privilégios concedidos a determinados grupos em detrimento do restante da sociedade e apesar de não ter se preocupado com escravidão, mostrou que a organização de um determinado grupo de pessoas na defesa de seus ideais pode fazer a diferença. Apesar de seu fracasso, a Revolução Praieira – que contou com a participação do bacharel Maximiano Machado e do jornalista Borges da Fonseca, ambos paraibano - deixou o seu legado. Seu ideário sobreviveu e frutificou.

Palavras-chave: Revolução Praieira. Paraíba. Movimentos Sociais.

The Praieira Revolution in Paraíba

Abstract: Although hatched in November 1848, the Praieira Revolution has a frame that began to unfold in the early 1840s, when a dissident Liberal Party, thus giving rise to 'Party silversmith' occurred. That revolt had a close connection with the political groups involved in the events of 1817 and 1824. Even without unified command, their bases were the mills, with recruitment of combatants among dependents of lords. At first, the praieira rebellion was only isolated conflicts, especially in the interior, with attacks on villages to intimidate opponents or else the enemies devices to gather food, ammunition and pack animals. However, in December 1848, that rebellion had reached sufficiently serious dimensions, requiring intervention by the imperial state. Although it only reached the Paraíba in 1849, the revolution that began in the previous year. In Recife, the fighting intensified in February 1849, soon after the inauguration of the new president, replacing liberal Chicharro da Gama. Seen at first as a struggle between the oligarchies that dominated the political Pernambuco in the first half of the nineteenth century, Praieira Revolution also had its sociopolitical importance. She showed the privileges granted to certain groups at the expense of the rest of society and despite not having been concerned with slavery, showed that the organization of a certain group of people in defense of their ideals can make a difference. Despite its failure, Praieira Revolution - which counted with the participation of the bachelor journalist and Maximian Machado Borges da Fonseca, both Paraiba - leave your legacy. Your ideas survived and blossomed.

Keywords: Praieira Revolution. Paraíba. Social Movements.

1 Introdução

O século XIX foi muito importante na história do Brasil. Nele se vivenciou três modalidades de regimes: o Colonial; o Monárquico e o Republicano. No entanto para se entender como o Brasil passou por esses três regimes em apenas um século, deve-se promover um recorte histórico, focalizando as principais transformações

políticas e econômicas ocorridas na Europa e que repercutiram no continente americano a partir do final do século XVIII, proporcionando a independência dos Estados Unidos, fortalecendo o espírito nativista e os ideais liberais, principalmente, no Brasil, que era uma colônia portuguesa.

Embora de natureza liberal, a Revolução de 1848 não teve um cunho separatista, resumindo-se mais às

questões da política pernambucana e envolveu a Paraíba (onde teve seu ponto culminante), porque as elites de ambas províncias eram ligadas por laços familiares e econômicos.

Nesse movimento, a Paraíba teve uma participação importante. E é o que se pretende evidenciar através do presente artigo, que tem por objetivo mostrar a participação da Paraíba na Revolução Praieira.

2 Revisão de Literatura

2.1 Ascensão e queda dos liberais

Embora tenha eclodido em novembro de 1848, a Revolução Praieira possui um quadro que começou a se descortinar no início da década de 1840, quando ocorreu uma dissidência do Partido Liberal, dando, assim, origem ao 'Partido Praieiro'.

No entanto, para compreender melhor como a referida revolução se desenvolveu, é de suma importância que se faça alguns comentários a cerca da ascensão conseguida pelos liberais na primeira metade da década de 1840.

Durante a primeira metade do século XIX, em Pernambuco, os partidos Liberal e Conservador eram dominados por duas importantes famílias. Os Cavalcanti dominavam o Liberal, enquanto os Rego Barros, o Partido Conservador. Apesar de militarem em partidos opostos a nível nacional, essas duas famílias costumavam fazer acordos políticos com facilidade, no âmbito local.

Comentando a situação política da Província de Pernambuco no início do século XIX, Fraga (2006, p. 26) afirma que:

[...] não havia muita clareza sobre os limites entre o grupo conservador e o liberal, já que eram constantes os acordos políticos entre essas famílias. Tanto assim que, em 1837, através de um acordo com os Rego Barros, Francisco de Paula Cavalcanti torna-se presidente da província de Pernambuco e, em 1840, assume o cargo Francisco Rego Barros - Barão da Boa Vista -, numa clara demonstração de acordo entre cavalheiros, fazendo valer um dito popular da época: 'Nada mais conservador que um liberal no poder'.

Na prática, em face do acordo de 1837, houve, praticamente, uma continuação de governo em oito anos, na Província de Pernambuco. Desta forma, vê-se que os Cavalcantis transitavam livremente entre os conservadores, gerando insatisfação entre vários de seus correligionários.

Comenta Fraga (2006, p. 26) que no período de 1837 a 1844, as "forças políticas reacionárias, lideradas pelas famílias Rego Barros e Cavalcanti, dominaram a província de Pernambuco. Essa dominação oligárquica foi, social e politicamente, nefasta para Pernambuco".

O clima de insatisfação foi aumentando nas hostes liberais. E em 1842, alguns membros do Partido Liberal distanciaram-se dos membros da família Cavalcanti e fundaram o Partido Nacional de Pernambuco, que tornou-se conhecido como 'Partido da Praia', agregando vários

cidadãos pertencentes a famílias que haviam feito fortuna em época recente.

Registra Cotrim (2004, p. 182) que "o Partido da Praia, constituído por liberais pernambucanos, combatia essa desigualdade social. suas ideias eram expressas no jornal Diário Novo, cuja sede ficava na rua da Praia, na cidade de Recife".

Após a organização do Partido Nacional de Pernambuco, seus membros que passaram a acusar o presidente da província Rego Barros, de distribuir os melhores cargos administrativos somente entre os membros do Partido Conservador e a cúpula do Partido Liberal, representada pelos membros da Família Cavalcanti.

Dissertando sobre a situação política em se encontrava mergulhado o Pernambuco na década de 1840, Cotrim (2004, p. 182) faz o seguinte comentário:

[...] o poder político-econômico de Pernambuco era controlado, em grande parte, pela oligarquia rural e pelos comerciantes portugueses. A maioria da população urbana (profissionais liberais, pequenos mercadores, artesãos, padres, militares, etc.), viviam em dificuldade econômicas e socialmente revoltada com a dominação política local.

Com o agravamento da crise política e social, os dissidentes do Partido Liberal também passaram a acusar os Rego Barros e os Cavalcanti de se favorecerem das negligências em relação ao tráfico de escravos, que havia sido proibido, adquirindo os escravos contrabandeados, deixando restante da sociedade pernambucana a carecer de mão de obra.

Fortalecidos e contando com o apoio de significativa parcela da sociedade, o Partido da Praia conseguiu sua primeira vitória no pleito de 1844, quando elegeu a maioria de deputados para a Assembleia Legislativa Provincial, o que contribuiu para a retirada dos Rego Barros do poder.

Informa Carvalho (2003, p. 211), que isto aconteceu exatamente:

[...] quando Pedro II chamou o Partido Liberal para compor o ministério, inaugurando o quinquênio liberal (1844-1848). O problema para os Cavalcantis, todavia, é que na Corte os deputados por Pernambuco vinculados ao Partido Praieiro haviam se aliado a Aureliano, o visconde de Sepetiba, que segundo Nabuco, tinha uma enorme influência pessoal sobre Pedro II. Liderada por Nunes Machado, a barulhenta bancada praieira na Corte defendia ativamente seus interesses locais. Assim, mesmo estando nos gabinetes liberais até 1847, Holanda disputava com eles a nomeação dos presidentes de Pernambuco.

Da forma demonstrada, a vitória à Assembleia pernambucana coincidiu com a eleição de um ministério liberal, o que também contribuiu para a eleição de uma forte banca liberal para a Assembleia Geral, diminuindo o poder de representação da família Holanda Cavalcanti.

Acrescenta ainda Carvalho (2003, p. 212) que:

Em 1845, o pêndulo finalmente caiu para o lado dos praieiros, abrindo a oportunidade para que governassem a província. O novo presidente, Chichorro da Gama, foi recebido entusiasmado pelos praieiros. Tinha fama de ser um homem enérgico, pois quando ainda era um simples juiz na Corte, assinara o mandado de prisão de José Bonifácio.

Ao se instalarem no governo da província de Pernambuco, os praieiros adotaram os mesmos métodos dos conservadores, ou seja, demitiram em massa os funcionários da administração e da polícia, nomeados pelo governo anterior, substituindo-os pelos seus correligionários, gerando um grande caos administrativo.

Comenta Carvalho (2003, p. 212), que:

Ao assumir o poder, o governo praieiro começou a substituir os delegados e subdelegados de polícia na província, o que aumentaria imensamente o poder das suas bases locais. Em torno de 600 autoridades foram demitidas e, obviamente, substituídas por aliados dos praieiros. Houve reação e atritos armados em várias localidades, principalmente durante as eleições, atestando a insatisfação de muitos proprietários com a chamada *gangorra* da política imperial.

Para poder arcar com os gastos da administração pública, aumentaram os impostos, o que elevou o preço dos alimentos gerando uma grande tensão social. Por outro lado, os praieiros passaram a estimular o sentimento antilusitano que havia na população e passaram a culpar os comerciantes portugueses pela alta, provocando-lhe perseguição e afrontas. O descontrole administrativo se agravou após a descoberta de inúmeras irregularidades em 1848, desmoralizando a administração dos praieiros'.

Informa Carvalho (2003, p. 211-212) que:

Chichorro da Gama administraria a província até abril de 1848. Durante seu mandato, candidatou-se duas vezes ao Senado Imperial por Pernambuco. Embora tenha ganho as eleições -, como seria de esperar, já que a situação era sempre vitoriosa -, ambos os pleitos foram anulados pelo Senado Imperial, onde os Cavalcanti e seus aliados eram mais poderosos. As alegações para a nulidade eram muitas: irregularidades cometidas pelas mesas de qualificação, constrangimento ilegal dos votantes e eleitores, roubo de urnas, uso de violência nos locais de votação, etc.

Desta forma, percebe-se que no século XIX o processo eleitoral possui suas particularidades. Às vezes, mesmo ganhando, não se leva, ou seja, não se assumia o cargo. Esse processo de não reconhecimento era chamado de degola. Assim, era comum alguém ser eleito para a Assembleia Geral ou para o Senado do Império e ter o mandato não reconhecido pelas comissões dessas Casas legislativas, mediante a anulação dos pleitos provinciais.

Foi, portanto, o que aconteceu com o liberal Chichorro da Gama, que em Pernambuco, ligou-se ao Partido Praieiro.

Registra Carvalho (2003, p. 212) que:

Durante o quinquênio liberal, todas as eleições foram acirradas em Pernambuco, inclusive as que renovavam os mandatos nas Câmaras e na Assembleia Provincial. No Recife, houve pelo menos sete manifestações de rua, nas quais a população urbana agrediu portugueses e estrangeiros em geral, saqueou lojas e exigiu a *nacionalização do comércio a retalho*. As facções engajadas nas disputas eleitorais acusavam seus adversários na imprensa panfletária de serem os responsáveis por esses *mata-marinheiros* ocorridos na cidade.

Diante disto, percebe-se que, na primeira metade do século XIX, havia em Pernambuco um terreno fértil à rebeldia, e também uma inquietação política e uma insatisfação das massas decorrentes das desigualdades provocadas pela concentração fundiária e pelo monopólio do comércio pelos portugueses.

Em âmbito nacional, com o fim do domínio liberal no poder central, os conservadores retornaram ao poder em 1848, sob a liderança do pernambucano Pedro de Araújo Lima, agravando ainda mais a situação dos praieiros que não possuíam aliados de peso na Corte. E, conseqüentemente, perderam o governo de Pernambuco.

2.2 A eclosão da Revolução Praieira

Nomeado um novo presidente para a província, embora possuísse uma inclinação moderada, este afastou os praieiros da administração. Diversos membros do Partido Praieiro foram demitidos de suas funções. No entanto, 40 deles, a maioria importantes proprietários rurais, se recusou a entregar os cargos na Polícia Civil, na Assembleia Provincial, nas Câmaras, na Justiça de Paz e Guarda Nacional, bem como em devolver as armas que estavam em seu poder.

Esta foi atitude foi o estopim da Revolução Praieira, que eclodiu "quando uma tropa foi tentar desarmar o coronel praieiro Manoel Pereira de Moraes, senhor do engenho Inhamam, em novembro de 1848" (CARVALHO, 2003, p. 212).

A referida revolta possuía uma estreita conexão com os grupos políticos envolvidos nos acontecimentos de 1817 e 1824. Mesmo sem comando unificado, suas bases eram os engenhos, com recrutamento de combatentes entre dependentes dos senhores.

De acordo com Silva (2009, p. 37):

[...] a disputa entre conservadores e liberais acabou se transformando em um sério confronto armado. Após a queda do gabinete liberal, em 1848, e a ascensão de um ministério conservador, sob a direção de Araújo Lima, os políticos liberais pernambucanos viram a estrutura de poder, que havia sido montada enquanto eles dominaram o cenário político provincial, ser desmontada pouco a pouco. Inconformados com a situação e sem

terem a força necessária [...], para esperarem pela sua vez, como tinham feito os seus adversários, os praieiros resolveram pegar em armas para recuperar os espaços perdidos - se lançando em uma rebelião que chegou, a um só tempo, ao ápice e declínio no dia 2 de fevereiro de 1849, quando as tropas rebeldes desfecharam um frustrado ataque à capital da província.

Assim, o que motivou a Revolução Praieira foi uma disputa pelo poder local. No entanto, com o tempo, ao movimento foi se incorporando elementos com ideais socialistas, a exemplo do inglês Louis Vauthier e do mulato Antônio Figueiredo. Este último divulgou sua contestação social pela Revista 'O Progresso', fazendo com o momento adquirisse uma nova roupagem.

Na concepção de Fraga (2006, p. 27), a Revolução Praieira não pode ser vista:

[...] apenas como uma disputa entre dois grupos políticos na busca pelo poder: a oligarquia Rego Barros-Cavalcanti - os gabirus - e o partido da Praia, mas como um movimento com significativa ressonância popular, devido às insatisfações sociais provocadas pelos abusos da política conservadora dos gabirus. Uma boa medida da situação de Pernambuco é dada por quadrinhas que circulavam anônimas na imprensa da época.

É importante destacar que a participação de elementos que não possui uma vinculação direta com a aristocracia rural deu à Revolução Praieira uma nova configuração, indo, portanto, de encontro aos interesses do Império. E isto foi sabiamente utilizados pelos membros do Partido Conservador em Pernambuco, para sensibilizar a atenção do governo imperial para as questões pernambucanas.

Analisando o desenvolvimento da referida Revolução no Pernambuco, Carvalho (2003, p. 214) faz o seguinte comentário:

Quando o principal líder do Partido Praieiro na Corte - o deputado Nunes Machado - chegou ao Recife, já haviam iniciado os combates entre as autoridades provinciais e o coronel Moraes e outros senhores de engenho vinculados ao Partido Praieiro, que se recusaram a devolver as armas do Estado e entregar os postos na Polícia Civil, dos quais haviam sido destituídos após a queda dos praieiros em abril de 1848. O primeiro a negar-se a entregar seu cargo foi o deputado à Assembleia Geral Antonio Affonso Ferreira, chefe de polícia da província durante o governo praieiro. Os senhores de engenho praieiros já estavam de armas na mão quando receberam a adesão dos demais deputados do partido que voltavam do Rio de Janeiro.

A adesão dos deputados gerais vindos da Corte foi fundamental para a expansão da Revolução. Sob o comando do militar Pedro Ivo já haviam acontecidos os

primeiros combates, que o deputado Nunes Machado incorporou-se ao grupo.

Acrescenta Cotrim (2004, p. 182) que "Liberados por Pedro Ivo (comandante militar) e Borges da Fonseca (jornalista republicando), os praieiros divulgaram seus planos num documento intitulado Manifesto ao Mundo".

Formado, principalmente, por membros da aristocracia rural pernambucana, o Partido da Praia não era propriamente radical. No entanto, diante das circunstâncias políticas que começaram a se descortinar em 1848, os praieiros se aliaram a líderes radicais, que ajudaram a formular as uma série de exigências, que foram condensadas no 'Manifesto ao Mundo'.

Ainda de acordo com Cotrim (2004), as principais exigências formuladas pelos praieiros foram as seguintes:

- a) Comércio para os cidadãos brasileiros;
- b) Completa reforma do poder judicial de modo a assegurar as garantias individuais dos cidadãos.
- c) Elemento federal na nova organização;
- d) Extinção do poder moderador e do direito de agraciar;
- e) Inteira e efetiva independência dos poderes constituídos;
- f) Plena liberdade de comunicar os pensamentos pela imprensa;
- g) Trabalho como garantia de vida para o cidadão;
- h) Voto livre e universal do povo brasileiro;

É importante destacar que estas exigências possuíam fortes resquícios da ideologia defendida pelos protagonistas da Revolução Francesa. No entanto, o programa político dos praieiros liberais não toca na questão da escravidão.

A princípio, a rebelião praieira não passava de conflitos isolados, sobretudo no interior, com ataques a vilas para intimidar os opositores ou então aos engenhos inimigos para recolher alimentos, munições e animais de carga. No entanto, em dezembro de 1848, a referida rebelião havia atingido dimensões suficientemente graves, exigindo uma intervenção por parte Estado imperial.

Registra Faoro (1999), que com essa intervenção imperial, os praieiros foram obrigados a concentrar as suas forças para resistir. No entanto, as suas dificuldades foram aumentando com o corte dos suprimentos de armas e munições, graças à ação de vigilância da polícia, que impediu que tais suprimentos chegassem às mãos dos rebeldes.

Diante dessa situação, os praieiros tiveram que repensar suas estratégias e concluíram pela necessidade de atacar o Recife e enfrentar as forças legais. Assim, contando com aproximadamente 1500 combatentes divididos em duas colunas, invadiram a capital pernambucana. Entretanto, no confronto com as tropas governistas, sofreram elevadas baixas e consequentemente, foram derrotados. O que sobrou do 'exercito' praieiro, fugiu para o interior, atingindo a Paraíba, como será demonstrado no próximo item.

2.3 A Revolução Praieira atinge a Paraíba

Embora somente tenha chegado à Paraíba em 1849, a referida revolução teve início no ano anterior. No Recife, os combates se intensificaram em fevereiro de 1849, logo

após a posse do novo presidente, em substituição ao liberal Chicharro da Gama.

Registra Machado (2010, p. 5-6) que:

A chegada da notícia da Praieira à capital da província da Paraíba provocou um grande alarme em sua população. Algumas famílias e comerciantes vinculados ao Partido Conservador procuraram, por precaução, proteção em navios estrangeiros que se encontravam atracados no porto do Cabedelo. Outras procuraram se refugiar em casas de campos e engenhos de parentes e amigos (MACHADO, 2010, p. 5-6)

Ao tomar conhecimento sobre a rebelião, o presidente da Província da Paraíba, João Antonio de Vasconcellos, determinou o envio de 400 praças em auxílio a Pernambuco. Entretanto, esta província já possuía forças suficientes para derrotar os revoltosos em seu território, o que logo ocorreu.

Ressalta Almeida (1978, p. 129) que:

Diante da possibilidade da capital paraibana ser invadida, o presidente da Província ficou alarmado, pois ao enviar ajuda à província vizinha, havia deixado desguarnecida a sua, restando apenas trinta soldados de linha e 15 de milícia. Devido à situação que se encontrava, ordenou a remoção dos valores do tesouro para uma embarcação de guerra ancorada no porto e mandou recolher toda a pólvora existente no comércio para lançá-la ao mar.

Ignorando o estado em que se encontrava a capital paraibana em termos de segurança, os praieiros preferiram ir para Areia, por possuir melhores condições de defesa, visto ser uma cidade localizada numa serra, dando uma visão ampla de toda e qualquer movimentação em sua volta.

Logo após entrarem no território paraibano, os praieiros foram inicialmente combatidos em Pedras de Fogo por 40 homens da Força Policial e um contingente da Guarda Nacional, sob o comando do capitão Genuíno Antônio Athayde de Albuquerque (LIMA, 2001).

Na intensa batalha, saíram derrotadas as tropas legalistas o que possibilitou que os praieiros adentrassem mais o interior da Paraíba e se instalassem em Areia, à época, considerada o maior reduto de liberais na província. De acordo com Mello (1995, p. 108):

Momentaneamente desorganizados, os praieiros dividiram-se em duas colunas. Enquanto uma comandada por Pedro Ivo, seguiu para o sul, a fim de organizar guerrilha, o grosso das tropas dirigiu-se para o norte ingressando na Paraíba à altura de Itambé. Dali rumou a Alagoa Grande, onde sepultou um dos chefes e, subindo a serra, alcançou Areia cuja localização geográfica parecia favorecer a resistência. O atemorizado presidente da Paraíba, João Antônio de Vasconcelos, havia recomendado ao juiz municipal e delegado de polícia Maximiano Lopes Machado que protegesse

a cidade contra os praieiros. Intrépido e rebelde, além de ultraliberal, o doutor Machado fez o contrário – abriu as portas aos revolucionários que se fortificaram sob o comando de chefes do Partido Liberal de Areia.

A cidade de Areia reunia vários atributos favoráveis aos praieiros. Além da localização privilegiada, seus habitantes e suas autoridades eram simpatizantes da causa liberal. Chegando a Areia, os praieiros tiveram o apoio de certo número de cidadãos da cidade, como foi o caso do Dr. Maximiano Lopes Machado, que acolheu em sua residência alguns dos revoltosos.

Registra Almeida (1978) que poucos dias após a chegada do grupo praieiro em Areia, as forças legais decidiram invadi-la. Com isso, travou-se um acirrado conflito, no qual os rebeldes foram vencidos.

Embora os praieiros tenham organizado uma resistência, construindo piquetes ao longo da subida da serra, as forças legalistas encontravam-se mais organizadas. Sob o comando do coronel Feliciano Falcão os legalistas entraram naquela cidade no dia 21 de fevereiro de 1849, colocando em fugas os rebeldes. Na contenda, o Dr. Maximiano Machado estudo foi ferido, mas conseguiu escapar com alguns de seus aliados, escondendo-se no Engenho Pureza, no município de Pilar.

Maiores em número e com uma melhor artilharia, os legalistas alcançaram os rebeldes nas proximidades da atual cidade de Pocinhos, onde ocorreu o confronto final, oportunidade em que o coronel Feliciano Falcão saiu vitorioso (LIMA, 2001).

3 Considerações Finais

Embora tenha sido vista, a princípio, como uma luta entre as oligarquias que dominavam a política pernambucana na primeira metade do século XIX, a Revolução Praieira também teve sua importância sociopolítica. Ela mostrou os privilégios concedidos a determinados grupos em detrimento do restante da sociedade e apesar de não ter se preocupado com escravidão, mostrou que a organização de um determinado grupo de pessoas na defesa de seus ideais pode fazer a diferença.

Apesar de seu fracasso, a Revolução Praieira – que contou com a participação do bacharel Maximiano Machado e do jornalista Borges da Fonseca, ambos paraibano - deixou o seu legado. Seu ideário sobreviveu e frutificou.

Por outro lado, a escassez de fontes bibliográficas sobre essa revolução bem como em relação a outras ocorridas durante a primeira metade do século XIX, das quais a Paraíba viu-se envolvida, foi o principal fator limitante do presente trabalho.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Horácio de. **História da Paraíba**. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 1978. 2 v.

CARVALHO, Marcus J. M de. Os nomes da Revolução: lideranças populares na Insurreição Praieira, Recife,

1848-1849. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 23, n. 5, p. 209-238, 2003.

COTRIM, Gilberto. *História das revoltas sociais no Brasil*. São Paulo: Globo, 2004.

FAORO, Raymundo. **Os donos do poder (2)**. São Paulo: Globo, 1999.

FRAGA, Rose Mary do Nascimento. **A Praieira em jornais do século XIX**: constituição discursiva e identidades sociais. Recife: UFPE, 2008.

LIMA, João Batista (Cel). **A Briosia**: História da polícia militar da Paraíba. João Pessoa: A União, 2001.

MACHADO, Maximiano Lopes. **Em defesa da ordem e da civilização: O discurso liberal de Maximiano Lopes Machado** (2010). Disponível in: <http://coopex.fiponline.com.br/images/arquivos/documentos/1278012997.pdf>

MELLO, José Octávio de Arruda. **História da Paraíba**: lutas e resistência. 2 ed. João Pessoa: EDUFPB, 1995.

SILVA, Wellington Barbosa da. Rebeldes encarcerados: repressão policial durante a Revolução Praieira (Recife, 1848-1849). **História Social**, n. 16, p. 29-44, 2009.